

## Pós-escrito

*Karenina Vieira Andrade  
Alcida Rita Ramos*

Mais de um ano depois da visita espetaculosa do recém empossado Presidente da República e seu vistoso séquito a Boa Vista e a promessa oficial de acabar com os problemas que assolavam os Yanomami, temos, nos primeiros meses de 2024, a devastadora notícia da morte, no ano anterior, de mais de 360 Yanomami, a maioria crianças sofrendo de desnutrição aguda e outras moléstias perfeitamente evitáveis e curáveis. Corre-se mesmo o risco de haver uma geração inteira perdida de Yanomami e Ye'kwana pela mortalidade infantil absurdamente alta.

Já em fevereiro de 2024, exatamente um ano após o governo brasileiro ter declarado situação de emergência sanitária, a Terra Indígena Yanomami voltava às manchetes dos jornais nacionais e internacionais. Houve um aumento de 6% de mortes em relação ao ano anterior. Em autodefesa diante de dados tão catastróficos, o governo argumentou que houvera subnotificação do número de mortes antes da posse no novo presidente. Sim, houve subnotificação criminosa no governo anterior, mas comparemos esses dados com os da cidade de Boa Vista, capital de Roraima, no mesmo período: com 413.486 habitantes (Censo IBGE 2022), a capital teve, em 2023, um total de 3.079 mortes, ou 0,74% de sua

população, enquanto os óbitos na Terra Indígena Yanomami chegaram a 1,33% numa população que o mesmo censo calculou em 27.152 pessoas. Como explicar isso, depois que o governo gastou um bilhão de reais em ações emergenciais que mobilizaram cerca de dois mil profissionais de saúde?

O fracasso da “emergência” era tão evidente que, em novembro de 2023, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Luís Roberto Barroso, determinou que o governo federal adotasse todas as medidas necessárias para garantir a distribuição de alimentos aos Yanomami e Ye’kwana, dada a evidente incompetência do governo em fornecer cestas básicas às regiões mais críticas. Embora os alertas de novas áreas desmatadas tenham, aparentemente, diminuído em 81%, não só ainda havia garimpeiros na TIY, como outros voltavam a ocupar os mesmos locais que já haviam desmatado, provocando, mais uma vez, epidemias de malária pela população indígena, como este livro expõe à exaustão.

O narcogarimpo prospera depois do susto da tentativa de desintrusão pelas ações policiais que, afinal, se serviram largamente do erário público para muito pouco resultado. Um bilhão de reais e centenas de mortes Yanomami depois, volta ao palco a política pública ditada de cima para baixo, refratária ao conhecimento daqueles que adquiriram seu indiscutível know how no combate à malária e outras mazelas alienígenas, depois de décadas tratando pacientes indígenas nas suas próprias aldeias. Mais uma vez, a velha máxima

francesa mostra a sua universalidade: quanto mais se muda, mais é a mesma coisa.

O que Paulo Basta descreve neste volume e nos alerta sobre o grande perigo de contaminação por mercúrio agora é fato consumado e objeto de manchetes nacionais e internacionais: crianças indígenas contaminadas cuja capacidade cognitiva parece estar seriamente comprometida.

Não é difícil entender a raiz do problema: os textos aqui reunidos, produzidos há cerca de um ano por indígenas e profissionais com larga experiência de trabalho na TIY, bem como os relatórios anteriormente elaborados pelas associações indígenas, apontam com clareza as medidas necessárias para reverter essa situação tão calamitosa. O que temos visto nos últimos 12 meses, entretanto, leva-nos a crer que até pode haver vontade política para solucionar a crise sanitária Yanomami. Como ela afeta a credibilidade do governo, este, um tanto acuado, gasta vultosas somas de dinheiro em ações que, no entanto, têm sido basicamente ineficazes. Tal inépcia resulta da falta de coordenação das ações governamentais e da insistência na contratação de profissionais de saúde francamente inexperientes no atendimento adequado à realidade indígena. Some-se a isso a falta de fiscalização permanente do território yanomami e algo que se parece com intimidação (para dar o benefício da dúvida) no que toca a expulsão do garimpo ilegal, hoje foco de interesse de truculentas organizações criminosas e poderosas corporações da informática. Para sanar a crise não basta prometer, como

fez o Presidente numa reunião ministerial em 2024, tratar a “questão yanomami como uma questão de Estado”. É preciso mais do que gestos grandiosos e somas abundantes. É preciso aprender a lidar com um mundo indígena alheio à burocratização e à estatização na tomada de decisões. É preciso saber respeitar outros mundos que não se alinham com as razões nem de Estado, nem de Mercado.

Abril, 2024